

18 OUT 1991

Congresso revê regimento para viabilizar emendas

O deputado Ney Lopes (PFL-RN) vai levar para a reunião do colégio de líderes, na próxima semana, a discussão sobre a necessidade de mudanças dos regimentos internos da Câmara, do Senado e do Congresso para viabilizar a aprovação de emendas constitucionais. Ele foi designado pelo líder do seu partido, deputado Ricardo Fiuza (PE), para manter contatos com outros partidos a fim de mostrar as dificuldades regimentais e constitucionais para a tramita-

ção de uma emenda à Constituição.

Alterar apenas os regimentos internos é uma fórmula inconstitucional, na visão do líder do Governo no Senado, Marco Maciel, ao lembrar que a Constituição estabelece que, para aprovação de uma emenda dessa natureza, são necessários três quintos dos votos da Câmara e do Senado, em dois turnos de votação, em cada uma das Casas. Maciel sugere, então, a apresentação de uma emenda constitucional, retor-

nando ao sistema anterior à Assembléia Nacional Constituinte, pelo qual uma emenda à Constituição era apreciada em dois turnos, mas em sessão unicameral do Congresso. Ney Lopes aplaudiu a idéia e considerou esta a solução mais racional e mais lógica, desde que, obtido um acordo prévio entre os partidos, porque também se trata de uma emenda à Constituição e sua tramitação estará submetida à sistemática atual.

O PFL, segundo Ney Lopes, está partindo do pressuposto de que uma emenda constitucional só é aprovada, de acordo com o regimento atual, se o Senado não fizer nenhuma alteração, o que não se justifica. Isto porque, na sua opinião, existe um vazio jurídico: o Senado alterando o que a Câmara havia aprovado significa que o texto original foi rejeitado. Esse texto, diz o deputado, não pode vir para a Câmara para um segundo turno (que na verdade, seria um terceiro e quarto turnos). O PFL, então, está propondo que, na hipótese da Câmara aprovar um texto, e o Senado modificá-lo essa última versão irá para uma Comissão Mista que faria um texto básico a ser votado, novamente, em dois turnos na Câmara e no Senado.